

Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

1. Enquadramento:

A presente Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais explicita os termos em que a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, abreviadamente designada DRAPLVT, procede ao tratamento de dados pessoais dos seus trabalhadores e utentes, bem como os direitos que estes podem exercer, de acordo com o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) - e restante legislação nacional aplicável em matéria de privacidade e proteção de dados.

a. Objetivos

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da DRAPLVT, tem como principais objetivos:

- Reforçar e consolidar a relação de confiança e proximidade;
- Demonstrar transparência no tratamento de dados pessoais;
- Informar trabalhadores e utentes dos seus direitos, enquanto titulares de dados pessoais, e da forma como podem exercê-los;
- Informar trabalhadores e utentes sobre os Responsáveis a quem podem solicitar o exercício dos seus direitos, ou esclarecer como são tratados os seus dados pessoais;
- Demonstrar o compromisso quanto à proteção dos dados dos seus trabalhadores e utentes.

b. Âmbito de aplicação

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais aplica-se, exclusivamente, ao tratamento de dados pessoais efetuado pela DRAPLVT, no contexto das finalidades previstas. Para efeitos desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, consideram-se dados pessoais “todos e quaisquer dados relativos a pessoas singulares identificadas ou identificáveis, como o nome, morada, e-mail, idade, estado civil, dados de localização, genéticos, fisiológicos, económicos, culturais ou sociais.”

2. Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

a. Responsável pelo Tratamento

A DRAPLVT, entidade responsável pelo tratamento dos dados, respeita as melhores práticas no domínio da segurança e da proteção dos dados pessoais, tendo para o efeito tomado as medidas técnicas e organizativas necessárias por forma a cumprir o RGPD e garantir que:

- O tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, e transparente para as pessoas singulares a quem dizem respeito.
- Os dados são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades.
- Os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário.
- Os dados pessoais são exatos e atualizados, e serão tomadas todas as medidas adequadas para que os dados pessoais inexatos sejam apagados ou retificados sem demora.
- Os dados pessoais são conservados de uma forma que permita a identificação da pessoa singular apenas durante o período necessário às finalidades para as quais são tratados.
- Os dados pessoais são tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra a sua perda, destruição ou danificação, e o acesso não autorizado ou ilícito.

b. Encarregado da Proteção de Dados

O Encarregado da Proteção de Dados desempenha um papel relevante no tratamento dos dados pessoais, procedendo à verificação da conformidade dos tratamentos de dados com a legislação em vigor, e do cumprimento desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, cooperando com a autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

O Encarregado da Proteção de Dados também é o ponto de contacto dos titulares dos dados relativamente a todas as questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais.

Os trabalhadores e utentes da DRAPLVT podem endereçar uma comunicação ao Encarregado da Proteção de Dados, utilizando o seguinte endereço de correio eletrónico:

dpo@draplvt.gov.pt

c. Tipo de dados tratados

Os dados pessoais tratados pela DRAPLVT são de diversa natureza, no âmbito da sua missão: “participar na formulação e execução das políticas nas áreas da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas e, em articulação com os organismos e serviços centrais competentes e de acordo com as normas e orientações por estes definidas, contribuir para a execução das políticas nas áreas da segurança alimentar, da proteção animal, da sanidade animal e vegetal, da conservação da natureza e das florestas,” e no quadro da eficiência da gestão local de recursos e ainda no cumprimento das obrigações contratuais, legais e regulatórias aplicáveis.

d. Comunicação dos dados pessoais a terceiros

Para prossecução da sua missão e cumprimento das suas obrigações contratuais, legais e regulatórias, a DRAPLVT, na sua qualidade de responsável pelo tratamento, subcontratada ou destinatária, poderá proceder à transmissão dos dados pessoais a outras entidades, subcontratantes ou destinatários, nomeadamente:

- Instituições da União Europeia
- Serviços e organismos do Administração direta e indireta do Estado, incluindo os das Regiões Autónomas
- Organismos de certificação, de inspeção, de auditoria europeus ou nacionais
- Autoridades de segurança e de investigação
- Tribunais
- Entidades administrativas independentes
- Confederações, associações e organizações de agricultores
- Instituições de crédito
- Seguradoras
- Sindicatos

Quaisquer interessados que se encontrem munidos de autorização escrita do titular dos dados explícita e específica quanto à finalidade e tipo de dados, ou demonstrem possuir um interesse legítimo, pessoal e direto, constitucionalmente protegido e suficientemente relevante que justifique o acesso pretendido, nos termos da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (Lei que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos).

A DRAPLVT assegura que tais subcontratantes e destinatários oferecem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento satisfaça os requisitos da lei aplicável e assegure a segurança e proteção dos direitos dos titulares dos dados, nos termos do RGPD.

e. Prazo de conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais são armazenados e conservados pela DRAPLVT pelo período estritamente necessário ao tratamento, de acordo com a finalidade respetiva.

Estes períodos de conservação podem ser alterados, de acordo com o interesse público associado e motivos legais, históricos, científicos ou estatísticos que o justifiquem.

A DRAPLVT compromete-se a adotar as adequadas medidas de conservação e segurança.

f. Segurança de Dados Pessoais

A DRAPLVT garante adequados níveis de segurança e de proteção dos dados pessoais dos seus titulares. Para o efeito, adota diversas medidas de segurança de carácter técnico e organizativo, de forma a proteger os dados pessoais contra a sua perda, difusão, alteração, tratamento ou acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

g. Direitos do titular dos dados pessoais e como exercê-los

O titular de dados pessoais tem os seguintes direitos, em matéria de proteção de dados:

- **Direito de acesso** - Direito a obter a confirmação de quais são os seus dados pessoais que são tratados e informação sobre os mesmos, como por exemplo, quais as finalidades do tratamento, quais os prazos de conservação, entre outros.
- **Direito de retificação** - Direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados, como por exemplo a morada, o NIF, o email, os contactos telefónicos, ou outros.
- **Direito de apagamento** - Direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação.

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

- **Direito à limitação do tratamento** - Direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.
- **Direito de portabilidade dos dados** - Direito a receber os dados que nos forneceu em formato digital de uso corrente e de leitura automática ou de solicitar a transmissão direta dos seus dados para outra entidade que passe a ser o novo responsável pelos seus dados pessoais.
- **Direito de retirar o consentimento** - Direito de, a qualquer momento, retirar o consentimento dado.
- **Direito de oposição** - Direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos seus dados pessoais.
- **Direito de não sujeição a decisões individuais automatizadas** - Direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado.

O titular de dados pessoais pode exercer qualquer um destes direitos, mediante comunicação escrita.

A DRAPLVT procederá à análise cuidada dos pedidos, avaliando a sua legitimidade e pertinência, comprometendo-se a dar resposta o mais rapidamente possível, de acordo a legislação.

Caso necessite, o titular de dados pessoais poderá, ainda, apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

h. Alteração à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

A DRAPLVT reserva-se o direito de, a qualquer altura, proceder a reajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, sendo essas alterações devidamente publicitadas nos diversos canais de comunicação da DRAPLVT.